



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
DISCIPLINA: PESQUISA HISTÓRICA II**

**“NATAL: PONTO ESTRATÉGICO QUE SE TORNOU CIDADE E SEU LENTO
DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XVII.”**

**ORIENTADOR: LUIZ E. BRANDÃO SUASSUNA
ORIENTANDO: AILTON S. LEAL BEZERRA.**

**NATAL
2006**

AILTON SÉRGIO LEAL BEZERRA

**Natal: ponto estratégico que se tornou cidade e seu lento desenvolvimento
no século XVII.**

Monografia apresentada no curso de
História, Licenciatura e Bacharelado, para
fins de obtenção do diploma de graduação.

Orientador: Professor Luiz E. Brandão Suassuna.

Orientando: Ailton S. Leal Bezerra.

**NATAL
2006**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais que tanto me apoiaram, lutaram e sofreram comigo ao longo desses onze semestres.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para minha formação, não só profissional, mas como pessoa. Capacitando-me a desempenhar meu papel junto à sociedade: educar para formar cidadãos conscientes e que saibam reconhecer e respeitar as diferenças.

Esta é uma terra de um deus mar, de um deus mar que vive para o sol e este sol está muito perto daqui, venha e veja tanto quanto pode se curtir.

(Pedrinho Mendes)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	A UNIÃO DAS COROAS E O RIO GRANDE	9
3	ANTES DE NASCER	20
4	PONTO ESTRATÉGICO QUE SE TORNOU CIDADE	28
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

1 INTRODUÇÃO

Para escrever sobre a história do Rio Grande do Norte e, em particular, sobre a história da cidade do Natal, é preciso uma série de triagens para uma escolha imparcial das bibliografias, pois muitas vezes histórias se confundem com estórias e terminam por se tornarem, nem que seja por pouco tempo, verdade. Assim temos um amplo quadro a ser analisado e pesquisado, pois se em termos de fontes primárias não somos muito abastados, principalmente pela destruição de documentos no período holandês, mas temos bibliografias de cronistas e, principalmente, as obras dos padres Jesuítas.

Abordar sobre a terra onde se nasce e se cresce é sem dúvida uma tarefa bastante sugestiva, à medida que vamos descobrindo novas informações e confirmando outras, certamente o mais difícil nesta tarefa é realizar um trabalho sucinto em que se privilegiem as melhores informações para dar ao leitor, leigo ou não, um panorama compreensível e mais perto do plausível.

Para começar qualquer história realmente é muito difícil, mas um pouco de curiosidade científica, e da definição dos questionamentos a que se quer responder corresponde aos primeiros passos no longo caminho a ser trilhado. Na verdade, definir questionamentos é bem mais fácil que encontrar respostas, pois estas são interpretações dos documentos e textos em análise, que muitas vezes encontram-se obscuras ou perdidas no tempo, discutí-las e reinterpretá-las é, pois tarefa do historiador na sua incessante busca pelo mínimo esclarecimento e estabelecimento de padrões a ser creditados como história.

Diante do fato não haver nenhum documento novo, ou novo arquivo encontrado que venha a modificar o rumo da nossa história, o que é consenso entre os historiadores, nosso

objetivo aqui é procurar nas bibliografias tradicionais aspectos que corroborem com a temática proposta para esta monografia.

Estudar a formação e a fundação da Cidade do Natal, ainda no século XVI, dentro de uma perspectiva de necessidade militar-estratégica, procurando relacionar até que ponto esta herança militar de sua fundação proporcionou um lento desenvolvimento. Dentro desse objetivo geral examinar o processo de União das Coroas Ibéricas e suas conseqüências para o Brasil e abordar o nascimento de uma cidade, que por sua vocação inicial de ponto estratégico, tornou-se uma cidade sem ares de cidade, desenvolvendo-se lentamente.

Sobre o uso da palavra estratégia Carlos Matus a define como o modo de indicar alguma coisa importante ou indispensável para alcançar um objetivo futuro e transcendente, indica o que deve ser feito como requisito para estabelecer uma direção e um sentido ao processo de mudança num período de 20 ou 30 anos. (MATUS, 1996, p.28). Esta definição parece servir quando sabemos que o interesse português em fundar uma cidade no local onde hoje é a cidade do Natal visava não o desenvolvimento da região, mas a conquista de um espaço capaz de lhes favorecer dentro de um médio prazo, quanto a questão do controle da região em detrimento dos saqueadores, invasores e contrabandistas de todas as espécies, ou seja, uma ação com o pensamento no futuro.

Visando recuperar alguns pontos que antecederam a conquista da capitania do Rio Grande e projetar o que se desenvolveu a partir da mesma, pretendo resgatar e compreender o processo de formação e fundação da cidade do Natal, dentro de uma ótica que busca associar a presença militar na área como sendo essencial para o processo inicial da cidade, como a construção da fortaleza e o seu posterior desenvolvimento, que está fortemente ligado às ações militares e a sua localização geográfica que era primordial dentro da estratégia de conquista e expansão do império ibérico.

A estruturação da pequena cidade é bastante dependente das práticas castrenses e a necessidade de se dominar militarmente o seu território define a configuração da Natal dos séculos XVI e XVII, que cresce ao redor da sua fortaleza pela ação dos componentes de sua guarnição e dos padres Jesuítas, empenhados em defender, e ao mesmo tempo, colonizar.

2 A UNIÃO DAS COROAS E O RIO GRANDE

Para uma melhor compreensão de como ocorreu o processo de conquista de parte das terras do litoral brasileiro, que receberam o nome de Rio Grande, devido ao rio Potengi, faz-se necessário uma breve explanação dos fatos mais relevantes que terminariam por dar origem à cidade do Natal. Destaca-se, principalmente, o fato desta capitania ter tido o seu período de conquista dentro da lógica luso-espanhola, visto que no curso de sua posse efetiva estava Portugal sob o domínio da coroa espanhola, dinastia dos Habsburgos, período denominado União das Coroas Ibéricas, que durou de 1580 a 1640. O primeiro monarca representante desta união, e responsável pela expedição das Cartas Régias que determinaram a conquista e ocupação da capitania do Rio Grande foi o rei Filipe, II para os espanhóis, e I para os portugueses.

Várias foram as motivações que levaram à união, porém este trabalho espera destacar as mais importantes, proporcionando recursos ao leitor para um entendimento deste evento que passou Portugal e suas colônias ao domínio espanhol e teve como principal consequência para o Brasil a conquista das terras ao norte e a nordeste.

A aproximação entre Portugal e Espanha se intensificou com a montagem dos seus impérios ultramarinos, mas, anteriormente, já havia certa política de união através dos casamentos. Esta era uma das principais características da política absolutista servindo para o estreitamento dos laços entre os reinos e o alargamento das suas áreas de influência, aumentando também o poder de defesa contra eventuais ameaças estrangeiras, já que se situavam na mesma porção peninsular do Velho Continente, e por vezes compartilhavam dos mesmos objetivos, portanto, vê-se que estes matrimônios serviam, muitas vezes, como suporte a intenções bem mais audaciosas e não eram raros como nos diz Flávio de Campos

“[...] as ligações dinásticas entre Portugal e Espanha, ao longo do século XVI, foram freqüentes e insistentes, resultando na união sob a dinastia dos Habsburgos.”¹

Além das afinidades políticas também ocorria uma integração cultural, pois o estabelecimento dos potentados absolutistas, formados em função do controle territorial não se via ameaçados pela barreira da língua ou de identidades regionais ou costumes e valores uma vez que

[...] O nacionalismo tal como concebemos hoje era estranho à racionalidade do Antigo Regime... Uma identificação bastante intensa entre seus valores espirituais favoreceu a formação do império íbero-cristão. Apoiada na perspectiva missionária da propagação da fé e da doutrina, essa identificação tomou vulto a partir dos ataques a que estivera submetida a Igreja de Roma com a Protestante. A península Ibérica tornou-se a base da contra – ofensiva católica.”²

Todo um conjunto de elementos, desde o início do século XVI, aproximava as duas nações, mas a confluência para a união também passava pela questão econômica, visto que a interligação dos dois reinos, em seus impérios ultramarinos, à medida que proporcionava o bônus da descoberta de metais e comercialização de produtos como o pau-brasil, trazia consigo o ônus da manutenção dessas terras distantes longe do alcance dos contrabandistas, o que gerava o envolvimento em guerras, e com isso gastos militares. A crise econômica se abatia sobre o império oriental e fazia com que o eixo geográfico da economia portuguesa passasse para o Atlântico, aumentando a importância do Brasil. O constante envolvimento nas guerras do continente europeu levaria as finanças reais espanhola à bancarrota, em

¹ CAMPOS, Flávio de *História ibérica: apogeu e declínio*. Lisboa: agora, 1973. v.2.cap. 2. p-28.

² *Ibid.*, p.29.

1557. Esboçava-se, então, um quadro de crise que aproximou ainda mais os dois blocos ibéricos e no último quartel do século XVI esta aproximação era uma realidade.

Mas a questão que se tornou principal para a junção das coroas foi o desaparecimento em combate do então rei D. Sebastião, na luta contra os mouros em Alcácer-quibir, em 1578. O monarca desapareceu sem deixar vestígios de sua morte, mas o pior é que não deixou um sucessor, um herdeiro natural. O rei que nenhum dos poucos sobreviventes viu morrer desapareceu no campo de batalha, dando início as conjecturas mágicas de que estaria vivo e voltaria para restaurar seu reino, surgindo o *sebastianismo* “expressão mais célebre do milenarismo português.”³

Sem herdeiros para o trono começou a luta para suceder o rei desaparecido, o candidato mais forte era Filipe II, neto de D. Manuel, o Venturoso, e rei da Espanha. Ele usou de todas as artimanhas na tentativa de ser escolhido, não agindo só pela força, visto que tinha um grande exército ao seu lado, mas agiu diplomaticamente, enviando vários embaixadores para persuadir os portugueses, pela argumentação legal e financeira. Aliando seu poderio militar e seu enorme lastro econômico Filipe II se tornou rei das duas coroas, agora unidas sob o domínio de um só monarca, Flávio de Campos faz citação a uma frase atribuída ao rei Filipe II, que sintetiza sua vitória na sucessão a D. Sebastião no trono português: “eu o herdei, eu o comprei, eu o conquistei”.⁴

Por outro lado, Flávio de Campos, atribui às condicionantes da época o favorecimento desta política de união:

A incorporação da coroa portuguesa ao império Habsburgo não ocorreu simplesmente em razão dos direitos sucessivos de Filipe II, ou devido à

³ CAMPOS, Flávio de. *História ibérica: apogeu e declíneo*, p.76.

⁴ *Ibid.*, p.32.

conquista militar empreendida pelo monarca espanhol, caracterizando uma usurpação de sua identidade nacional lusitana. Tampouco da irresistível cobiça individual do monarca espanhol, mas sim o resultado de práticas perfeitamente ajustadas às condições da sociedade do Antigo Regime e do Absolutismo Monárquico.⁵

Esta união proporcionava a Espanha um império de proporções jamais vista, acrescentando um milhão de novos súditos e uma frota maior que qualquer outra dentre qualquer país, e seu exército, sobretudo por sua infantaria, era o mais poderoso e temido do continente, o império luso-espanhol ditava as ordens à economia mundial.

Mas esta situação não foi de todo um mal para a coroa portuguesa, pois a administração do reino lusitano ficava inteiramente em mãos portuguesas, sendo proibida a nomeação de qualquer espanhol para cargos de administração civil, eclesiástica ou judiciária. Embora a política externa fosse a mesma, Portugal mantinha a língua, a moeda, as receitas e as despesas públicas separadas.

Se por um lado o império se fortificava e aumentava sua área de influência, por outro, fez cair sobre as terras brasileiras toda a sorte de contrabandistas e saqueadores que não mantinham laços de amizade com os espanhóis, inimigos como França, Inglaterra e Holanda promoviam ataques ao litoral brasileiro como forma de ataque indireto à Espanha. Com a situação de abandono que se encontrava o litoral brasileiro, os franceses, principalmente, traficavam livremente o pau-brasil e com o advento da União das Coroas estas investidas dos adversários espanhóis aumentaram de forma substancial, motivados não só pelas questões político-militares, mas também pelo lucro do comércio de pau-brasil. Estes eram comerciantes que respeitavam a vida selvagem de modo a não querer catequizar ou tomar posse das terras indígenas, mas usar os nativos para conseguir o pau-brasil lhes

⁵ CAMPOS, Flávio de. *História ibérica: apogeu e declínio*, p.32.

dando em troca objetos sem valor significativo. Ao contrário dos portugueses, que tentavam impor aos índios suas crenças e seu modo de vida, com a implantação de fortes e cidades. A este respeito nos diz Câmara Cascudo que “o francês não tinha exigência moral para o indígena nem pretendia fundar cidade, impor costumes, obrigar disciplina.”⁶

A presença dos corsários franceses, autorizados pelo rei francês, que se indignara com a divisão do mundo entre portugueses e espanhóis, segundo o Tratado de Tordesilhas, fortalecia os freqüentes ataques as costas brasileiras. “Os franceses marcavam presença nos arredores do sítio onde nasceria a cidade de Natal. O rio potengi tornou-se seu ancoradouro. Batidos do sul vinham margeando o litoral em aventureira pirataria ajudados pelos correligionários índios.”⁷

Devido a grande extensão das terras do território brasileiro, em particular da sua costa, mesmo depois de criadas as capitanias hereditárias, a colonização portuguesa se mostrava tão incipiente quanto antes, para não dizer inexistente, tornando-se alvo predileto para os contrabandistas franceses e demais agressores, principalmente no nordeste brasileiro, dada sua posição estratégica avançada, sendo mais próximo dos portos da Europa.

Durante quase todo o século XVI a capitania do Rio Grande, bem como as demais terras do vasto território a pouco descoberto, não passaram de um grande “quintal” dos corsários e saqueadores, não só comercializando o pau-brasil, mas também cereais, peles, minerais (âmbar), plantas medicinais, algodão, pimenta etc., em troca de gado vacum, objetos domésticos, ferramentas e animais. Essas áreas eram verdadeiras estações de

⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2 ed. Rio de Janeiro: Achiamé; Natal: Fundação José Augusto, 1984. cap. 1. p. 21.

⁷ MIRANDA, João Maurício F. de. **Evolução urbana de Natal em 400 anos (1599-1999)**. Funcarte: Natal, 1999. cap.3. p-33.

escambo, tendo, talvez, sido a mais importante a do estuário do rio Potengi, comandada pelo traficante e aventureiro francês Jackes Riffault, que guardava e consertava suas naus de transporte na curva do rio, provavelmente hoje onde está localizada a Base Naval de Natal, no bairro do Alecrim.⁸

Para o combate dos inimigos foram providenciadas expedições de policiamento, conhecidas como guarda-costas, com intuito de defender a costa expulsando os contrabandistas e invasores de outras bandeiras, entretanto estas não se mostraram eficientes, muito pelo contrário, além de não cumprirem seu papel eram bastante dispendiosas aos cofres da coroa e a colocavam em iminente risco de uma guerra ainda maior.

Visto o fracasso das expedições guarda-costas e o aumento dos ataques por parte dos invasores não restava outra opção ao rei Filipe II se não expulsar os franceses e outros agressores, bem como tentar pacificar os índios, que até então eram aliados dos franceses, num esforço de consolidação da posse das terras para uma conseqüente colonização.

Em *História Militar do Brasil*, Nelson W. Sodré nos dá fundamentos de uma perspectiva militar da ocupação das terras do litoral brasileiro quando afirma que “é a necessidade de preservá-las (as terras descobertas) da investida externa que apressa a ocupação, o povoamento, a colonização e conseqüentemente, o lançamento de uma estrutura militar que assegure a posse da terra e a tranqüilidade do trabalho sobre ela exercido.”⁹

E continua:

⁸ MOURA, Pedro. *Fatos da História do Rio Grande do Norte*. Natal: Companhia editora do Rio Grande do Norte, 1986.p-50.

⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p.23.

O fato é que a ocupação, o povoamento, a produção revestir-se-iam de um caráter guerreiro que o meio impunha [...] A empresa de ocupação e povoamento era uma empresa militar inequívoca, revestia-se necessariamente de sentido militar, e não podia deixar de ser assim. Os particulares estavam dessa forma, sujeitos às eventualidades da luta armada e não apenas por força de disposições da legislação vigente, mas por força de suas próprias necessidades, das exigências do meio.¹⁰

Por tanto a expulsão dos invasores era uma questão prioritária às necessidades da Coroa Ibérica, que agora sob o comando de um só rei partia definitivamente para a conquista e posse definitiva da costa brasileira, em particular das terras que viriam a se tornar o Rio Grande do Norte.

Raul Valença citado por Tarcísio de Medeiros nos ensina que

Quando as necessidades de ordem militar e econômica forçaram os portugueses a expulsarem os franceses do território potiguar, a fim de tornarem mais efetivo o seu domínio sob a terra conquistada, surge o Rio Grande como fator geográfico de acentuada importância. Por constituir uma magnífica via de penetração, que permitiria aos lusos estenderem seu domínio terra a dentro, transformou-se o Rio Grande em ponto de apoio para fixação dos colonizadores em solo potiguar.¹¹

Vê-se a importância estratégica deste território, já observada anteriormente, pois é comum a muitos autores apontarem a região do Rio Grande do Norte como tendo sido um dos primeiros pontos avistados do litoral brasileiro, e sua importância dentro do empreendimento da conquista do norte e do nordeste brasileiro é visível, principalmente para a consolidação da conquista da Paraíba. Hélio Vianna aborda sobre este assunto dizendo que

¹⁰ Ibid., p.24.

¹¹ MEDEIROS, Tarcísio. *Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte*. Natal: Imprensa Universitária, 1973. p.28.

Para garantia da paz na Paraíba e prosseguimento da expansão para o norte, tornava-se necessária a supressão do último reduto francês-potiguar da costa leste do Brasil, o Rio Grande, onde o estuário do rio Potengi repetia o do Paraíba como abrigo permanente de navios de entrelopos. Profundamente ligados aos indígenas, inclusive pelo cruzamento racial, os traficantes de pau-brasil consideravam sua aquela costa, que a décadas freqüentavam.¹²

Frei Vicente Salvador em sua *História do Brasil* completa: “[...] foi de muita importância povoar-se e fortificar-se o Rio Grande para dali tirar aquela ladroeira de franceses”.¹³

A situação de abandono e de local de refúgio de contrabandistas, com a união das coroas estava chegando ao fim, pois no Brasil, o domínio espanhol coincide com período de exploração, penetração e conquista do norte e nordeste e parte do interior, ampliando e garantindo a posse lusitana das terras do Novo Mundo.

Mesmo quase um século depois de ter sido chantado nas terras potiguares o marco da posse político-administrativa, na praia de touros, em 1501, na expedição de Gaspar de Lemos, as terras da futura Capitania do Rio Grande estavam à mercê dos traficantes de pau-brasil, sobretudo os franceses. A necessidade de se expulsar os invasores, selar a paz com os nativos e se colonizar a região era premente.

A tentativa malograda do sistema de Capitânicas Hereditárias, que fez permanecer grande parte do território ainda isolado e abandonado, sem nenhum traço de conquista ou colonizatório, demonstrando efetiva posse das terras por parte da coroa lusitana, fez com que dezesseis anos após ascensão ao poder no trono das duas coroas ibéricas, o rei Filipe II,

¹² VIANNA, Hélio. *História do Brasil. Período colonial*. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos. 1965. v.1,p.86.

¹³ SALVADOR, Vicente do. (Frei). *História do Brasil*. 6 ed. São Paulo: Melhoramentos, Brasília: INL, 1975.p.275.

expedisse duas Cartas Régias, a primeira de 9 de novembro de 1596 e a segunda de 15 de março de 1597, determinando a expulsão dos franceses, o levantamento de uma fortificação para defesa e a conquista da capitania.

Estas duas Cartas foram os primeiros passos dentro do processo de colonização efetiva do território, até então dos invasores e contrabandistas em conluio com os índios potiguares, com isso feito, os limites do Brasil se ampliaram sob o domínio filipino, afirmando as conquistas portuguesas ampliando, assim, suas fronteiras coloniais. Visto que anterior a essas conquistas o domínio lusitano se restringia entre a área do atual estado de Pernambuco e do estado de São Paulo, Hélio Vianna complementa: “[...] dentro do período de sessenta anos de União das Coroas Peninsulares, não só a conquista do Nordeste e Norte, da Paraíba ao Grão-Pará, como a de quase toda a Amazônia [...].”¹⁴

Desde 1549 vigorava no Brasil o sistema administrativo que ficou conhecido como Governo Geral, vindo substituir o fracassado sistema das Capitânicas Hereditárias. Este novo modo de governar se caracterizava pela centralização da administração colonial, no apoio da Coroa portuguesa aos colonos e donatários, ajudando principalmente no combate aos índios inimigos e no desenvolvimento da agricultura.

Em 1590, foi nomeado em 01 de dezembro, D. Francisco de Souza, Governador Geral do Brasil. Frei Vicente do Salvador informa que o Governador Geral era apelidado por Dom Francisco das Manhas, pela habilidade e ademanes de cortesia. E é dentro do seu governo, até 1602, que se dá toda a conquista da Província do Rio Grande, bem como a fundação da cidade do Natal, Frei Vicente do Salvador afirma que este fato, a conquista da Província, foi o fato de maior alcance de sua administração.¹⁵

¹⁴ VIANNA, Hélio. *História do Brasil: período colonial*. P.136.

¹⁵ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. p.202.

Assumir definitivamente a posse daquelas terras era de fundamental importância dentro dos objetivos da Coroa Ibérica para o alargamento de suas áreas de ocupação e domínio do Novo Mundo, ao Governador Geral D. Francisco de Souza foi autorizado o uso do que fosse necessário para efetuar esta empresa de conquista e lhe foi fornecido todos os recursos disponíveis. Sobre esta relevante necessidade Cascudo enfatiza que “Urgia um domínio oficial, visível, demonstração militar e ordem administrativa do Rei de Espanha e Portugal, mandando erguer um forte e fazer nascer uma cidade no setentrião do Brasil, no linde do Nordeste, o obscuro e misterioso nordeste.”¹⁶

E dentro desse processo Nelson W. Sodré, em *História Militar do Brasil*, nos ensina que:

Cada esforço de povoamento, visando expulsar elementos invasores ou não, reveste-se de caráter militar e resulta sempre no estabelecimento de um forte que será o núcleo de povoamento. Isso acontece no Rio Grande do Norte. Não conseguiram os potiguares, auxiliados pelos franceses, impedir o avanço da conquista luso-espanhola.¹⁷

Arno e Maria José Wehling, em *Formação do Brasil Colonial*, citam que dentro dos motivos determinantes para as conquistas da Paraíba em 1584-1587 e Rio Grande em 1597-1598, além de ser de interesse das autoridades locais estenderem seu domínio efetivo para o norte, a necessidade de expulsar os franceses e o desejo dos colonos em estabelecer sesmarias na região, acrescente-se aí o relato do cronista Gabriel Soares de Souza (relato que coincide com a conquista da Paraíba) que adicionou mais um motivo, para ele a “área

¹⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. p. 22.

¹⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. p-23.

conquistada deveria transformar-se em posto avançado que protegesse a lavoura de Itamaracá e Pernambuco [...]”¹⁸.

A localização privilegiada em relação aos portos da Europa, e mesmo como ponto estratégico de penetração nas terras do litoral brasileiro fizeram da Capitania do Rio Grande um cobiçado pedaço de terra no final do século XVI, não passando despercebido da mira do monarca espanhol, que como já foi dito antes determinou sua tomada e posse, este interesse orientado pelo ponto de vista estratégico-militar vai nortear os primeiros passos para sua conquista e ocupação definitiva pelos portugueses, pois estes ainda tinham autonomia sobre as terras do Brasil, ampliando cada vez mais suas fronteiras para o norte, nordeste, sul e interior de uma terra há tantos anos relegada a segundo plano.

¹⁸ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **Formação do Brasil Colonial**. 4 ed.rev. amp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.77.

3 ANTES DE NASCER

Ponto estratégico para ocupação da costa setentrional da América Portuguesa, a capitania do Rio Grande ganhou importância dentro do cenário das conquistas efetuadas no período da União das Coroas, visto que a fixação espacial era, e ainda é, uma forma política de dominação, tratava-se de organizar o espaço para alcançar objetivos econômico-políticos a partir do controle estratégico-militar de uma área, e para este fim tornou-se fundamental a posse e a colonização destas terras, que até então, viam-se sob a exploração dos saqueadores de outras bandeiras.

Os portugueses quando tiveram de comerciar ou lutar na costa da África, viram-se em dificuldade para dominar tal comércio, então eles dependiam de feitorias localizadas em pontos estratégicos localizados no litoral. A feitoria era uma unidade econômica que por vezes se revestia de importância política, dentro dessa lógica se enquadravam as terras do litoral brasileiro, em destaque as terras da capitania do Rio Grande, pois em decorrência da necessidade de se defender o território do ataque dos inimigos, tornava-se premente a estruturação de uma fortificação capaz de conter os eventuais ataques, bem como dar início ao povoamento e efetivo controle da área.

Legitimar uma conquista de quase um século atrás, expulsar os franceses e demais invasores, pacificar os índios, construir uma fortaleza, lançar mão dos primeiros esforços para a fundação de uma cidade, cumprindo as ordens estabelecidas nas Cartas Régias eram os desafios a serem encarados pelo Governador Geral do Brasil dom Francisco de Sousa, Varnhagen apresenta que nessa administração que durou mais de dez anos

D. Francisco conseguiu fazer-se querer dos povos e das autoridades, nem sempre em vantagem do serviço público e do da colônia, cujo governo lhe fora confiado. Três foram os assuntos a que dedicou mais atenção: o descobrimento das minas; o defender-se de contínuos ataques corsários, levantando novas fortificações em alguns portos; e a ocupação definitiva do Rio Grande do Norte, fundando aí uma nova capitania. Foi esse último serviço de mais consideração que prestou ao Brasil, graças ao muito que para ele o ajudaram os capitães, de Pernambuco, Manuel Mascarenhas, e da Paraíba, Feliciano Coelho.¹⁹

Tarcísio Medeiros diz que o resumo da contextualização geopolítica do acontecido deve-se ao trabalho realizado por Raul de Valença, este nos ensina que

Quando as necessidades de ordem militar e econômica forçaram os portugueses a expulsar os franceses do território potiguar, a fim de tornarem mais efetivo o seu domínio sobre a terra conquistada, surge o Rio Grande como fator geográfico de acentuada importância. Por constituir uma magnífica via de penetração, que permitiria aos lusos estenderem o seu domínio terra a dentro, transformou-se o Rio Grande em ponto de apoio para a fixação dos colonizadores no solo potiguar.²⁰

Estas características geográficas que davam as terras do Rio Grande importante papel dentro da estratégia colonizadora do império ibérico tornaram fundamental sua conquista, inclusive recomendando-se ao Governador Geral que fosse gasto o necessário da Fazenda Real à realização desse empreendimento.

É importante citar os passos que antecederam esta conquista, remontando a expedição de tomada da terra até a solenidade de ratificação das pazes entre o branco e os gentios, para tanto se faz necessário o conhecimento de várias obras que abordam o

¹⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. 8 ed. São Paulo: Melhoramentos. 1975. p.36-37.

²⁰ MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte**. p.28.

assunto, principalmente as obras clássicas que o tratam. Dentro destas está a de Pero Rodrigues, que para Hélio Galvão fora o primeiro historiador do Rio Grande do Norte e responsável pela primeira reportagem sobre a conquista da capitania.²¹ Escreve Pero Rodrigues (apud GALVÃO, 1979; p. 227-235):

Informado S. M. El-rei, Filipe II, de tantos males e perdas de seus vassallos, determinou-lhes acudir com remédio eficaz. E foi mandar ao Governador-Geral do Estado, Dom Francisco de Sousa, desse ordem que fosse fazer esta guerra Manuel Mascarenhas Homem, capitão-mor de Pernambuco. E ao mesmo capitão escreveu S. M. que, sendo-lhe necessária alguma ajuda da Paraíba, que está no meio, a pedisse, em seu nome, ao capitão dela, Feliciano Coelho de Carvalho, e que, se julgasse que convinha o mesmo capitão em pessoa, lhe pedisse o fizesse acompanhar, porque esta era a sua vontade. Ajuntaram-se estes dois capitães, e determinaram que Manuel Mascarenhas fosse por mar; e Feliciano Coelho fosse por terra. Partiram cada um por sua parte.

O da terra levava trezentos homens de espingarda e cinquenta de cavalo, com novecentos frecheiros, além de muita escravaria de Guiné, que levavam as munições e petrechos de guerra. O desígnio deste capitão era vir destruindo aldeias pelo sertão até chegar ao Rio Grande, no que houvera de gastar alguns meses; mas, depois de quatro ou cinco jornadas, estando no princípio das terras dos inimigos, lhe deu no arraial o mal de bexigas, de que lhe morreu muita gente, pelo que foi necessário retirar-se à Paraíba. Vendo o gentio potiguar que os nossos se retiravam, veio-os seguindo, porém nunca se atreveram a cometer o exército, mas contentavam-se em quebrar as cabeças dos mortos e comer daquela carne. Pelo que de tal maneira se pegou o mesmo mal a eles, que se afirma que mais morreram de doença do que houveram de morrer, indo a guerra por diante: eles mesmo confessavam que das três partes morreram as duas, e os franceses disseram que houve aldeia em que amanheciam cem pessoas mortas.

Enquanto a bexiga, varíola, vencia o exército de Feliciano Coelho, fazendo-o recuar contra aquele poderoso inimigo invisível, por mar prosseguia a esquadra capitaneada por Mascarenhas Homem margeando a costa, Pero Rodrigues continua seu relato:

²¹ GALVÃO, Hélio. *História da fortaleza da barra do Rio Grande*. p.18-23.

[...] o capitão do mar se partiu com sua armada, de catorze velas muito bem negociadas, na qual iriam quatrocentos homens. E, com ela entrou, toda, com muita prosperidade, pela barra do Rio grande dia de Natal, do ano de 97, em que se começava 98. Logo ao outro dia tomaram os portugueses posse da terra, aonde se entrincheiravam com a maior pressa, que puderam, por causa dos contrários.

Concluída esta fase de penetração e destruição dos inimigos, tanto franceses quanto índios, Mascarenhas Homem conseguiu desembarcar e como relata Pero Rodrigues logo começou a construção de uma fortaleza, como previa as ordens reais e para defender-se dos insistentes ataques dos índios, que não se davam por vencidos. Então complementa o padre Rodrigues:

Daí a alguns meses, passado o mal das bexigas, tornou o capitão da Paraíba com alguma gente, que lhe ficou a socorrer a Manuel Mascarenhas, ao Rio Grande, para ambos juntamente, depois da fortaleza feita, virem dando guerra ao gentio, o que fizeram, destruindo muitas aldeias, cativando e matando muita gente, até se recolherem a Paraíba. Nesta jornada foram dois padres: por superior Padre Francisco de Lemos e por seu companheiro o Padre Gaspar de S. Samperes, ao qual nomeadamente pediu ao capitão para lhe dar alguma boa traça do forte, que El-rei mandava fazer.

Outra bibliografia bastante consultada, em se tratando da capitania do Rio Grande, período colonial, é a obra de frei Vicente do salvador, que em sua *História do Brasil 1500-1627* narra a expedição de conquista:

Por terra com o capitão Manuel Mascarenhas foram três companhias de gente de pé, de que eram capitães Jerônimo de Albuquerque, Jorge de

Albuquerque, seu irmão, e Antônio Leitão Mirim, e uma de cavalo, que guiava Manuel Leitão. Os quais chegados uma e outros da Paraíba se ordenou que Manuel Mascarenhas fosse por mar ao Rio Grande na armada que veio de Pernambuco e levasse consigo o padre Gaspar de Samperes da Companhia, por ser grande arquiteto e engenheiro, para traçar a fortaleza, como seu companheiro o padre Lemos, e o nosso irmão o frei Bernardino das Neves, por ser muito perito na língua brasílica e muito respeitado dos potiguares [...]. E que Feliciano Coelho fosse por terra com os quatro capitães e companhias da gente de Pernambuco e com outra da Paraíba, de que ia por capitão Miguel Álvares Lobo, que por todos faziam soma de cento e setenta e oito homens de pé e de cavalo, fora o nosso gentio, que eram das aldeias de Pernambuco [...] E este exército começou a marchar das fronteiras da Paraíba a 17 de dezembro de 1597, indo as espias e corredores diante queimando algumas aldeias que os potiguares despejavam com medo, como confessaram alguns que foram tomados. Mas os que fugiam do inimigo não fugiam a doença das bexigas, que é a peste do Brasil, antes deu, tão fortemente em nossos índios e brancos naturais da terra que cada dia morriam dez ou doze, pelo que foi forçado ao governador Feliciano Coelho fazer volta à Paraíba para se curarem os capitães se foram para Pernambuco com sua gente que pode andar, dizendo que cessando tornariam, para seguirem viagem, exceto o capitão Jerônimo de Albuquerque, que se embarcou num caravelão e foi ter ao Rio Grande com seu capitão-mor Manuel Mascarenhas, o qual havia na armada, como já dissemos, e na via viagem teve vista sete naus de franceses que estavam no porto de Búzios contratando com os potiguares, os quais, como viram a armada, picaram as amarras e se foram e a nossa não seguiu por ser tarde e não perder a viagem.

No dia seguinte pela manhã mandou Manuel Mascarenhas, dois caravelões descobrir o rio, o qual descoberto e seguro, entrou a armada à tarde guiada pelos marinheiros dos caravelões que o tinham sondado. Ali desembarcaram e se trincheiraram de varas de mangues para começarem a fazer o forte e se defenderem dos potiguares.

[...] Acabado o forte do Rio Grande que se intitulara dos Reis, o entregou a Manuel Mascarenhas a Jerônimo de Albuquerque no dia de São João Batista, da era de 1598, tomando-lhe homenagem como se costuma. E deixando-lhe muito bem fornecido de gente, artilharia munições e mantimentos e tudo o mais necessários, se veio no mesmo dia com sua gente dormir na aldeia do Camarão, onde Feliciano Coelho estava com seu arraial aposentado [...] ”²²

Tarcísio Medeiros complementa:

²² SALVADOR, Vicente do. (Frei). **História do Brasil**. p.268.

[...] O Forte dos Reis [grifo nosso] , como o chamava Frei Vicente do Salvador, foi a sentinela avançada dos portugueses no norte do Brasil, semente da futura capitania do Rio Grande da qual seria o primeiro Capitão-mor, Jerônimo de Albuquerque, nomeado pela Carta-Patente, de 9 de janeiro de 1603, registrada às folhas 379 e verso, segundo documento, do Livro 6, de Doações da Chancelaria de Filipe II, incorporado ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, antes seu primeiro Comandante e fundador de Natal.”²³

A conclusão da fortaleza, mesmo não sendo a construção definitiva, é o primeiro passo para a real posse dessas terras até então dominadas pelos saqueadores e pelos nativos.

Note-se que esta construção, esta fortaleza que se concluíra era uma fortificação provisória e oferecia o mínimo de segurança para abrigar a gente da expedição e protegê-la dos inesperados ataques dos nativos potiguares que os realizavam constantemente. E também não foi esta erguida no arrecife, pois uma construção daquele tipo na resistiria ao primeiro impacto das águas, visto que a área adjacente ficava totalmente coberta quando da maré cheia.²⁴

Erguida a fortificação, visando o mínimo de defesa, faltava selar um acordo de paz, uma espécie de tratado de não agressão entre as partes, providências mais objetivas no sentido de uma situação de convivência pacífica. Segundo Câmara Cascudo coube a Jerônimo de Albuquerque, por sua origem mestiça, a missão de estabelecer as pazes com os chefes indígenas, Pau-Seco e Sorobabé, nesta empreitada o acompanharam os padres jesuítas Gaspar de S. Samperes e Francisco Pinto, e feitas as pazes, por determinação do Governador-Geral dom Francisco de Sousa estas foram ratificadas na Paraíba, o que se

²³ MEDEIROS, Tarcísio. *Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte*. p.29.

²⁴ GALVÃO, Hélio. *História da fortaleza da barra do Rio Grande*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1979. p.22.

efetuou em junho de 1599, com a assistência do próprio Mascarenhas Homem, de Feliciano Coelho e do intérprete, frei Bernardino das Neves, dentre outras pessoas, confirmando assim o domínio regular de Portugal.

Em se texto Frei Vicente do Salvador conclui que “[...] Feitas as pazes com os potiguares, como fica dito, se começou logo a fazer uma povoação no Rio Grande uma légua do forte, a que chama de Cidade dos Reis, a qual governa também um capitão do forte que El-Rei costuma mandar a cada três anos.”²⁵

Este acordo, político-religioso, é considerado o primeiro deste tipo, realizado entre as duas raças, índios e portugueses, duas civilizações de mentalidades e intenções tão diferentes. Junto com a construção do forte este tratado, em que as partes juraram auxílio mútuo e fidelidade, foram os pilares fundamentais à ocupação e posterior colonização de mais uma cidade portuguesa no Brasil setentrional, a quarta, antes já haviam sido fundadas as cidades de Olinda em 1534, de Salvador em 1549 e Paraíba em 1585.

Gostaria de chamar atenção para o fato de no relato no texto do professor Tarcísio Medeiros, aqui citado, quanto a ser Jerônimo de Albuquerque o fundador da cidade do Natal, ressalte-se que esta hipótese é a mais tradicional e veiculada por outro tantos estudiosos do polêmico assunto. A título de informação, já que não é mister deste trabalho monográfico se ater a tais polêmicas, existem outros autores que abordam a respeito de mais duas hipóteses, como a do pesquisador José Moreira Brandão Castelo Branco, que conclui ser João Rodrigues Colaço o fundador da cidade do Natal. E para aumentar a polêmica surge como terceira hipótese a que conclui ser Manuel Mascarenhas, Hélio Galvão apoiando-se nas palavras de Câmara Cascudo informa:

²⁵ SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. p.268.

No que diz respeito a Natal, opinou o mesmo ilustre historiador, cautelosa, mas acertadamente: 'para mim, o padrinho da cidade do Natal foi Manuel Mascarenhas Homem'. A afirmação pode ser feita com plena segurança, porque as hipóteses em contrário estão definitivamente afastadas. [...] Riscado o nome de Jerônimo de Albuquerque, o de João Rodrigues Colaço não passou de simples sugestão provisória, que logo se desfez.²⁶

Para muitos historiadores, não só esta dúvida, mas outras que permeiam a história potiguar acontece graças à destruição de vários documentos quando da passagem dos holandeses, porém na tentativa de elucidar esta e outras dúvidas todos os esforços de pesquisas estão sendo realizados.

É nesse clima sombrio, em que as dúvidas predominam sobre as certezas e que lentamente desponta uma cidade às margens do rio Potengi. Mais por sua localização em relação aos portos da Europa e como ponto base na conquista do território do norte e nordeste do Brasil, do que por sua importância econômica, Natal surge em 1599 num chão elevado e firme, à margem direita do rio, obra de meia légua acima de sua perigosa barra.²⁷

²⁶ GALVÃO, Hélio. *História da fortaleza da barra do Rio Grande*. p.29.

²⁷ *Ibid.*, p.29.

4 PONTO ESTRATÉGICO QUE SE TORNOU CIDADE

João Maurício de Fernandes de Miranda é enfático na sua obra *Evolução Urbana de Natal em 400 anos, 1599-1999*, onde afirma que Natal foi fundada com o objetivo militar de evitar invasores indesejáveis e garantir a posse colonial definitiva.²⁸

Este objetivo militar que se sobressai em sua fundação, muito vai influenciar seu posterior desenvolvimento, pois não tendo especificamente nenhum produto forte a ser comercializado, a não ser o pau-brasil, em seu início, Natal aparece como ponto estratégico na política de expansão do império luso-espanhol, servindo como posto avançado de defesa e de observação do litoral norte da costa brasileira.

Tavares de Lira afirma:

Natal pouco progredira. Poucos foram os que requereram sesmarias no sítio da cidade, e desses mesmos nem todos se aproveitaram das concessões. A própria matriz, para cuja construção era natural que maior fosse a solicitude dos povos naquela época em que a fé religiosa era uma grande força, podemos calcular o que seria quando, em 1614, não tinha nem ao menos portas.²⁹

Câmara Cascudo diz que:

²⁸ MIRANDA, João Maurício F. de. *Evolução urbana de Natal em 400 anos (1599-1999)*. p-46.

²⁹ LIRA, A. Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 2 ed. Brasília: Senado Federal; Natal: Fundação José Augusto, 1982.p.31.

Quinze dias depois de fundada ainda estava deserta. O capitão-mor João Rodrigues Colaço, na petição de primeira sesmaria concedida nas terras do Rio Grande, por Mascarenhas Homem em 9 de janeiro de 1600, informa que 'quer fazer umas casas no sítio que está escolhido para a cidade'. D. Diogo de Meneses, governador geral do Brasil, escrevia ao rei, em dezembro de 1608, informando que, no Rio Grande, 'a povoação que está feita não tem gente.' Com quinze anos de vida, a cidade do Natal do Rio Grande tinha maior nome que número de moradas [...].³⁰

Como se percebe a nova cidade não possuía as características de uma cidade, e a capitania não tinha nenhuma expressão política, pois efetivada sua conquista, sua existência oficial, ela estava subordinada administrativamente ao governo da Bahia, o que durou até 1701, quando passou à dependência da capitania de Pernambuco, até 1820. Tendo apenas a fortaleza como marco para a conquista da capitania e sede administrativa, Natal como afirma Câmara Cascudo já nascera cidade, mesmo sem as características peculiares a uma.

Diz Cascudo:

Quando o Brasil foi descoberto no século XVI, não havia ainda em Portugal leis específicas para ordenar e disciplinar a fundação de cidades, por isso cada uma das vilas construídas nas novas terras conquistadas nascia e se desenvolvia espontaneamente ou recebia instruções padronizadas, às vezes, diretamente do próprio rei, dependendo da importância que se queria dar a nova povoação.³¹

Por não se situar em nenhuma rota comercial ou centro produtor de mercadorias a cidade não atraía a população e segundo alguns historiadores, a grande maioria das famílias

³⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*.p.31.

³¹ DA CASA GRANDE À SENZALA-A INVENÇÃO DO BRASIL-VIRGÍNIA PERNAMBUCO DE MELO. <<http://www.ars.com.br/projetos/ibrazil/1997/xtref>> Consultado em 15/06/06.

era de indígenas, sendo muito reduzido o número de europeus, que nessa fase não passava de 80 pessoas, quase todas militares e seus familiares.

O professor Suassuna resume esta fase:

Os primeiros trinta anos da capitania caracterizaram-se pelo retardamento do seu processo de desenvolvimento, onde tanto o povoamento como o cultivo da terra, aconteciam vagarosamente, de acordo com as especificidades e condições locais.

As informações sobre esta fase são bastante precárias, mas atestam a lentidão com que se estabeleceu a concentração de colonos brancos para o incremento de uma terra fraca para roçados e canaviais, com escassez de chuvas, mais adaptável para a criação de gado, com abundância de peixes e caças, e farta produção de farinha, milho e frutas silvestre.³²

Assim o progresso da cidade nascida às margens do potengi caminhava a passos lentos, tendo sua gente em sua maioria oriunda dos nativos e poucos europeus que vieram para a conquista, a localização espacial era a grande qualidade da recém-nascida cidade. A esse respeito nos dá mais informações o professor Tarcísio Medeiros:

A colônia iniciada às margens do Potengi, pela peculiaridade do meio carente de recursos, pode ser considerada de “plantação” ou de “enquadramento”, na lição do Padre A. Silva Rego, professor da Universidade Técnica de Lisboa: -“O colono limita-se a explorá-la, a arrancar-lhe a riqueza para, a seguir, a transportar para fora. O colono trabalhador é o indígena. O branco, o europeu, limita-se apenas à direção superior. Nota-se a ausência de famílias brancas, de mulheres brancas, de crianças brancas. Surgem imediatamente vários inconvenientes: a mestiçagem, a tendência para a opressão, o abandono de uma exploração racional, preferindo-se apenas a que dá lucros imediatos. “O indígena passa a viver sob o domínio do branco, amarrado as idéias de superioridade de uns e de inferioridade de outros”. Para o governo geral, todavia, mais

³² SUASSUNA, Luís Eduardo Brandão; MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Norte Colonial. 1597/1822**. Natal Editora, Natal. 1997.p.31.

interessava manter a posição estratégico-geográfica capaz de assegurar a soberania portuguesa, e o prolongamento futuro para o interior e norte do Brasil.³³

Sem nenhum atrativo comercial lucrativo, a quarta cidade do Brasil, inseriu-se no contexto português de conquista e domínio do espaço urbano. Fundada por determinação régia, através das Cartas Régias de 9 de novembro de 1596 e a de 15 de março 1597, ela, por meio de sua fortaleza se tornou no ponto avançado que permitiu a conquista dos territórios a partir do Ceará, possibilitando as conquistas e fundação de novas cidades, como a de São Luis do Maranhão. A fundação da cidade faz parte de uma lógica portuguesa, em que era comum se escolher um terreno elevado, para oferecer melhor segurança, principalmente devido ao conturbado convívio com os nativos e os franceses saqueadores de pau-brasil, ressaltando-se a questão estratégica para defesa.

Varnhagen nos fala a este respeito quando relata que “Além do local elevado, a cidade portuguesa apresentava neste tempo, características especiais. Era uma cidade de crescimento espontâneo, isto é, cada pessoa, família ou grupo erguia suas edificações da forma que queria.”³⁴

Esta desorganização ou mesmo despreocupação com a forma de se povoar e colonizar a capitania do Rio Grande e a cidade do Natal realça as verdadeiras intenções quando da expulsão dos franceses e da pacificação dos índios, pois se não o caráter militar da posse de um território que seria chave na expansão leste-oeste das conquistas

³³ MEDEIROS, Tarcísio. *Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte*. p.31.

³⁴ DA CASA GRANDE À SENZALA-A INVENÇÃO DO BRASIL-VIRGÍNIA PERNAMBUCO DE MELO. Disponível em: <<http://www.ars.com.br/projetos/ibrazil/1997/txtref>> Consultado em 15/06/06.

portuguesas. Dentro desse contexto em que caminhou a passos lentos o desenvolvimento da cidade tem que se destacar o relevante papel da fortaleza, pois é a partir de sua construção que vai surgir a formação de uma pequena povoação para abrigar os que lá trabalhavam, constituindo-se abrigo necessário até a conclusão da fortaleza. J. F de Almeida Prado escreve sobre o tema, embora em seu texto haja um pequeno erro tipográfico ou engano quanto a data de fundação da cidade, de 1599 aparece 1597:

Perto do forte alojavam-se, em algumas palhoças, índios, mamelucos, soldados, a formar um lugarejo conhecido por povoação dos Reis. Aquele mocambo, estorvando a defesa em tempo de guerra e a ordem em tempo de paz, levou Jerônimo de Albuquerque, a cogitar a sua mudança para outro sítio. A 25 de dezembro de 1597, o governador escolheu um terreno cerca de meia légua da fortificação, para nele transferir os habitantes, a fim de formar uma povoação, que recebeu o nome de Natal, por causa da data.³⁵

Quanto a esta polêmica questão, se existiu uma povoação denominada Cidade dos Reis, parece-nos que o surgimento de uma aglomeração ao redor da construção da fortaleza foi o fruto das circunstâncias, visto a necessidade de se providenciar um acampamento para aqueles que trabalhavam na edificação, sobre este arraial formado nas proximidades do forte informa Pedro Moura que “Natal já estava assim em potência, latente nesta primitiva povoação que se iniciou nas imediações da Fortaleza, mesmo com esse nome primitivo de Cidade dos Reis, como a que a irmanando com o Forte dos Reis.”³⁶

³⁵ PRADO, J. F. de Almeida. **Pernambuco e as capitânicas do norte do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, v.175-B. p. 253 (Série Brasileira).

³⁶ MOURA, Pedro Rebouças de. **Fatos da história do Rio Grande do Norte**.p.67.

Além do local elevado, a cidade portuguesa apresentava neste tempo, características especiais. Era uma cidade de crescimento espontâneo, isto é, cada pessoa, família ou grupo erguia suas edificações da forma que queria.³⁷

A este respeito o professor Suassuna acrescenta:

Poderíamos fazer as seguintes ponderações a respeito desta teoria. Em primeiro lugar, o fato a ser considerado, é o povoado que surgiu ao redor do Forte (Povoação dos Reis) ser cidade, uma vez que este arraial apareceu devido à construção do forte. Era determinação real a fundação de uma cidade e, esta surgida ao redor do forte não era uma cidade, mas uma simples povoação. A cidade no sentido legal surgiu no momento em que foi demarcada para isto. Ainda notamos o seguinte detalhe, os habitantes dos arredores do forte foram talvez, os primeiros habitantes a povoarem a cidade do Natal.³⁸

Se a Cidade dos Reis surgiu antes da cidade do Natal é uma questão a ser pesquisada e esclarecida, mas para o nosso estudo é importante perceber que os primeiros passos da recém fundada cidade estão atrelados a construção da fortaleza, esta com intuito primordialmente de defesa, que foi também a base para o seu desenvolvimento, lento, pois ao que tudo indica, esses moradores estavam preocupados em edificar a fortaleza em

³⁷ DA CASA GRANDE À SENZALA-A INVENÇÃO DO BRASIL-VIRGÍNIA PERNAMBUCO DE MELO. <<http://www.ars.com.br/projetos/ibrazil/1997/txtref>> Consultado em 15/06/06.

³⁸ SUASSUNA, Luís Eduardo Brandão; MARIZ, Marlene da Silva. *História do Rio Grande do Norte Colonial. 1597/1822*. p.10.

cumprimento às Cartas Régias, e também para sua defesa e comodidade, não exercendo nenhuma atividade de cunho lucrativo.

Nelson Werneck Sodré escreve que o principal trabalho dos moradores, sesmeiros e povoadores era acudir as necessidades militares nesses tempos de conflito com o gentio “[...] Ocupar, povoar, trabalhar, era, pois um mister que exigia esforço armado, vigilância constante, atribulações continuadas, mobilizações permanente[...]”³⁹

A situação descrita por Sodré não dista das condições encontradas na capitania do Rio Grande e por extensão a cidade do Natal, que nascera para dar segurança e funcionar como sentinela do litoral brasileiro, mas que também internamente, por força das necessidades impostas pelo meio inóspito, tornava-se um local em que o uso da força militar se sobressaía em detrimento das demais atividades que por ventura viessem a lhe favorecer em seu desenvolvimento.

Durante o período de conquista e pacificação, bem como dos primeiros anos da cidade do Natal, praticamente só duas atividades fluíam: a atividade dos soldados construindo a fortaleza e lutando contra as investidas dos nativos e aliados e a atuação dos missionários ajudando enfermos e buscando, através da catequese, a conciliação com os índios. Não houve construções que marcasse uma política de desenvolvimento, a fortaleza era suficiente, aliada a construção da igreja matriz, que aparece nos relatos a partir de 1614, esta, porém foi destruída no domínio holandês.

As primeiras impressões e depoimentos acerca da capitania e da cidade em que se verifica um perfil característico de uma evolução incipiente e desenvolvimento comprometido estão registradas dentre outras obras na obra do arquiteto João M. Fernandes

³⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. p-24-25.

de Miranda que compila informações de diversos personagens ao longo do curso da história da cidade do Natal:

1612- Diogo de Campos Moreno, sargento-mor, no livro que dá Razão do estado do Brasil: ‘tem pobrementemente acomodados até vinte e cinco moradores brancos’.

1627- Domingos da Veiga: ‘a povoação é muito limitada, a respeito dos moradores estarem e morarem nas suas fazendas, onde muitos deles têm suas casas mui nobre’.

1628- Depoimento de índios em Amsterdã, redigidos por Hersen Gerritsz: ‘tinha uma igreja e oito casas’.

1630- Adriano Verdonk ‘Descrição das Capitânicas de Pernambuco, Paraíba e rio Grande: ‘acidade contava entre trinta e cinco e quarenta casa, de barro e palha, os habitantes mais abastados vivendo no sítio apenas vindo à cidade aos domingos.’

É notória nos depoimentos a fragilidade das casas e a falta de recursos da população nesta época, mais se formos buscar depoimentos nos séculos a frente teremos o relato do cronista Henry Koster, de 1810, por tanto século XIX, sobre suas impressões acerca da pequena Natal, que nascera nos fins do século XVI e que chegara ao século XIX com poucas transformações em suas paisagens:

[...] Um estrangeiro que, por acaso, venha a desembarcar nesse ponto, chegando nessa costa do Brasil, teria uma opinião desagradável do estado da população nesse país, porque se lugares como este são chamados de cidade, como seriam as vilas e aldeias? Esse julgamento não havia de ser fundamentado e certo porque muitas aldeias, no Brasil mesmo, ultrapassam esta cidade. O predicamento não lhe foi dado pelo que é, ou pelo que haja sido, mas na expectativa do que venha a ser no futuro.⁴⁰

⁴⁰ KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1942. p. 109.(Série Brasileira).

Voltando aos relatos citados por Miranda temos:

1639- Adrian Van de Dussen, do Relatório sobre as Capitanias conquistadas do Brasil: ‘ já teve uma cidadezinha chamada Natal, situada a légua e meia do Castelo Keulen, rio acima, mas totalmente arruinada.’

Este relato do Século XVII já mostra que aquela altura Natal estava passando pelas mãos holandesas, visto que a denominação Castelo Keulen faz referência ao período em que a fortaleza dos Reis estava sob a posse dos batavos.

Mais uma vez nossa cidade aparece no cenário internacional como cobiçado ponto estratégico, agora resultado de investigações holandesas, que visavam reconhecer as terras com interesses futuros de invasão, ao consultar Tarcísio Medeiros este esclarece:

Do resultado das investigações, compreenderam que deviam apoderar-se de todo o litoral Nordestino para consolidarem a ocupação. O Rio Grande, pela sua posição geográfica, seria a chave que abriria as perspectivas dos caminhos para o norte (Ceará e Maranhão), a entrada para o sertão, envolvendo as resistências da Paraíba e do Arraial de Bom Jesus em Pernambuco, e seus abastecimentos.⁴¹

No período holandês as terras potiguares não se beneficiaram em nada, muito pelo contrário, encontravam-se arrasadas, com destaques negativos aos massacres realizados nos engenhos de Cunhaú e Uruaçu. O holandês apenas conservou a infra-estrutura de produção encontrada e nada fez de importante, senão continuar as atividades pré-existentes para produzir cana e criar gado, sobretudo durante o período que marcou sua ocupação. Os

⁴¹ MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte.** p.41.

flamengos ao serem expulsos , em 1654, incendiaram casas, plantações e muitos registros documentais. Após a expulsão dos holandeses, da capitania, iniciou-se outra fase do lento caminhar rumo ao desenvolvimento e recuperação do seu ritmo administrativo, social e econômico. A reorganização, na parte administrativa, coube a Antônio Vaz Gondim, primeiro capitão-mor pós o período flamengo, em 1656.

Ele restaurou estradas, o forte e a matriz, concedeu terras para incentivar o repovoamento e a volta às atividades normais, também patrocinou a vinda de 150 moradores de duas companhias de infantaria, sendo uma para o forte e outra para a cidade, nomeou oficiais de justiça e outros cargos necessários ao funcionamento normal da administração da capitania. Cascudo diz que ele fez milagres de energia, operosidade e animação.

A Natal que conhecemos é muito fruto de todo esse período, marcado pelo interesse metropolitano em ocupar espaço, definir fronteiras, na tentativa de tomar posse das terras “herdadas” pelo Tratado de Tordesilhas. Esta cidade foi por muito tempo abandonada e entregue a sorte de piratas e contrabandistas, mas o interesse em dominar um ponto que facilitasse a cobertura naval do nordeste brasileiro e servisse de entreposto para a conquista das terras do território brasileiro, deu as terras da capitania do Rio Grande uma importância fundamental às intenções luso-espanholas.

Várias obras se dedicam a explicações sobre os fundamentos da cidade do Natal, muitas chegam a ser conclusivas, porém o estudo aprofundado dá a grande maioria o status de hipóteses. Relatos e crônicas também fazem parte deste universo, aumentando a bibliografia sobre o tema, sendo as mais importantes aquelas realizadas contemporaneamente ou pouco depois dos eventos, destacando-se o trabalho dos padres Jesuítas.

O entendimento do processo de fundação da cidade é complexo e seria facilitado caso os holandeses em sua passagem não tivessem destruído tantos documentos, mas, não obstante, estão sendo lançadas luzes sobre a história da nossa cidade, que despontou como um ponto estratégico, e a passos lentos galgou a posição de cidade, embora, na sua origem, já tenha nascido assim.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que, em 1599, Natal estava iniciando sua lenta caminhada rumo ao desenvolvimento. Nascida da ideologia lusitana de ocupar para garantir posse e desta forma dominar, as terras que legitimara como sua desde o início do século, a cidade pequena e pouco atraente florescia da necessidade do império ibérico em conquistar este ponto capaz de lhe proporcionar uma visão estratégica do litoral brasileiro. Na tentativa de conseguir expandir-se rumo ao interior e defender o Brasil, sobretudo esta faixa litorânea que sofria constantes ataques dos corsários e contrabandistas, surgem as Cartas Régias do rei Filipe II, dezesseis anos após assumir o trono do império luso-espanhol, mandando expulsar os indesejados invasores, construir uma fortificação e fundar uma cidade. Esta viria a se tornar a base da defesa das terras do Mundo Novo, marco na conquista do norte e nordeste brasileiro.

À fundação da cidade do Natal está intimamente ligada à questão estratégica, visto que esta não estava situada em nenhum centro ou rota comercial. As circunstâncias de sua origem se confundem com a edificação da Fortaleza dos Reis Magos e sua guarnição, provavelmente, foi a célula de povoamento da cidade que aos poucos crescia.

Economicamente a capitania do Rio Grande pouco se destacava, assim como Natal. O vale do Cunhaú, que reunia as condições para o cultivo da cana-de-açúcar, era pouco expressivo e a exploração do pau-brasil sempre foi uma atividade transitória, não criando nenhuma ocupação permanente. A pecuária responsável pelo desbravamento e pela ocupação da caatinga, no nordeste, era orientada para o mercado interno e seus eventuais lucros eram absorvidos pelo próprio mercado, não despertando maior atenção da metrópole.

Como foi visto durante o decorrer do trabalho, Natal pouco progredira em seus primeiros anos, e grande parte dos concessionários das terras não as tomava, a povoação era bastante limitada. Frei Vicente do Salvador em sua História do Brasil afirma ser as terras da capitania as piores e mais fracas.

A ocupação efetiva do Rio Grande, pelos portugueses, correspondeu a interesses militares. Como resultado desses interesses, Natal despontou para o cenário nacional e internacional sendo o núcleo irradiador das conquistas luso-espanholas do século XVII, tendo sua fortaleza relevante papel dentro da estratégia de domínio.

Natal, que por ordem real já nasceu cidade, nasceu sem ruas, sem casas, ao redor da fortificação que servia como abrigo, casa, sede administrativa, nasceu de uma necessidade de ocupação espacial visando um controle territorial. Manuel Mascarenhas, capitã-mor de Pernambuco, e Feliciano Coelho, da Paraíba, auxiliados pelo capitão Jerônimo de Albuquerque, realizaram a conquista da capitania após a expulsão dos franceses, ergueram uma fortificação e por fim fez-se a cidade, no ser, mas não no parecer.

Ponto militar-estratégico por vocação, Natal tem em sua história uma ligação muito estreita com os militares. Desenvolvida na fase colonial a partir das pretensões estratégicas dos portugueses, e muito tempo depois com a participação nas Grandes Guerras, em particular na Segunda Guerra, ela veio ratificar seu valor na geopolítica internacional, solidificando seu papel estratégico no contexto do Brasil e do Mundo.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Flávio de **História ibérica: apogeu e declíneo**. Lisboa: agora, 1973. v.2.cap.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2 ed. Rio de Janeiro: Achiamé; Natal: Fundação José Augusto, 1984. cap. 1.

DA CASA GRANDE À SENZALA-A INVENÇÃO DO BRASIL-VIRGÍNIA PERNAMBUCO DE MELO. Disponível em:

<<http://www.ars.com.br/projetos/ibrasil/1997/txtref>> Acesso em: 15/06/06.

GALVÃO, Hélio. **História da fortaleza da barra do Rio Grande**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1979.

KOSTER, Henry. **Viagens ao nordeste do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1942. (Série Brasileira).

LIRA, A. Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 2 ed. Brasília: Senado Federal; Natal: Fundação José Augusto, 1982.

LEMOS, Vicente S. Pereira de. **Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro, Tipografia do jornal do comércio, 1912.

MATUS, Carlos. **Estratégias políticas**. Chipanzé, Gandhi, Maquiavel. São - Paulo: Fundap.1996

MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

MIRANDA, João Maurício F. de. **Evolução urbana de Natal em 400 anos (1599-1999)**. Funcarte: Natal, 1999. cap.3.

MOURA, Pedro. **Fatos da História do Rio Grande do Norte**. Natal: Companhia editora do Rio Grande do Norte, 1986.

PRADO, J. F. de Almeida. **Pernambuco e as capitanias do norte do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, v.175-B. (Série Brasileira).

SALVADOR, Vicente do. (Frei). **História do Brasil**. 6 ed. São Paulo: Melhoramentos, Brasília: INL, 1975.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

SUASSUNA, Luís Eduardo Brandão; MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Norte Colonial. 1597/1822**.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. 8 ed. São Paulo: Melhoramentos. 1975.

VIANNA, Hélio. **História do Brasil. Período colonial**. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos. 1965. v.1,p.86.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **Formação do Brasil Colonial**. 4 ed.rev. amp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.